

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE REVISÃO DE LIMITES DA T.I. BARRA VELHA

Referência: Processos FUNAI/BSB/2556/82. Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Municípios Porto Seguro, Itabela, Itamaraju e Prado, Estado da Bahia. Superfície: 52.748 hectares e perímetro 137 km. Sociedade indígena: Pataxó. População: 4.500 indivíduos (2006). Revisão de limites: Grupo Técnico constituído pelas Portarias nº 329/PRES, de 21 de março de 2006 e nº 528/PRES, de 528, de 04 de maio de 2006, coordenado pela antropóloga Leila Sílvia Burger Sotto-Maior.

1-DADOS GERAIS

A T.I. Barra Velha do Monte Pascoal está localizada nos municípios de Porto Seguro, Itamaraju e Prado, e tem como principais norteadores geográficos os rios Corumbau ao sul, e Caraíva ao norte, mais precisamente nas proximidades das coordenadas Latitudes 16°56'48"S e 16°51'49"S; e Longitude 39°25'33"WGr. e 39°06'48"WGr. É composta por doze aldeias: Barra Velha (Aldeia Mãe), Boca da Mata, Meio da Mata, Guaxuma, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Aguas Belas, Corumbauzinho, Craveiro, Cassiana e Bugigão, sendo que as duas últimas são subordinadas politicamente a Boca da Mata e Barra Velha, respectivamente.

As aldeias Barra Velha, Meio da Mata e Boca da Mata estão inseridas no limite homologado na década de 1990. A TI Águas Belas, ao sul do PNMP, também é uma terra indígena regularizada desde 1998, com uma área de 1.189 ha. A principal família é a de Manoel Braz, fundador da aldeia.

Atualmente, a língua falada pelos Pataxó é o português. Entretanto, os esse grupo utiliza também o Patxorã, que chamam "língua de guerreiro", uma combinação da língua Maxacali com palavras soltas que os velhos Pataxó guardaram na memória, além de alguma influência do Tupi e de termos do português regional. O esforço em resgatar uma língua própria, provavelmente apenas adormecida nas mentes dos mais idosos, devido ao medo e ao silêncio decorrente da discriminação, é uma expressão do processo de constante reelaboração cultural, o que não implica, em absoluto, perda ou deterioração da cultura, sendo que a influência Maxacali faz parte da convivência histórica dos dois grupos.

Os Pataxó contemporâneos que vivem no extremo sul do estado da Bahia descendem dos Pataxó meridionais que, no século XIX, viviam entre os rios São Mateus e Santa Cruz Cabralia, distinguindo-se dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, que ocupavam a região entre os rios de Contas e Pardo, mais ao norte.

Com base em relatos de viajantes que estiveram no extremo sul do atual estado da Bahia, entre 1815 e 1820, como Saint-Hilaire, Spix e Martius, Moniz Barreto, Pohl, Seider, Wied-Neuwied e Feldner, M. H. B. Paraíso (1998) afirma que os Pataxó integravam uma pan-tribo vivendo entre os rios Jequitinhonha e Doce, a qual se opunha aos Botocudos. Essa pan-tribo seria composta, além dos Pataxó, por Monoxó, Kutatói, Maxakali, Maconi, Kopoxó e Panhame. Os viajantes descrevem os subgrupos da pan-tribo como bem ajustados às novas formas de organização social, se comparados com os Botocudos e Kamakã-Mongoió - com exceção dos Pataxó, apresentados como "totalmente selvagens", um grupo de caçadores-coletores-pescadores, semi-nômades, para os quais a agricultura era produto do aldeamento compulsório. Sob a aparente homogeneidade do etnônimo Pataxó, documentos oficiais e relatos de viajantes demonstram que, no século XIX, havia diversos subgrupos Pataxó em situação variável de contato com regionais (Carvalho, 1977: 76). Assim, subgrupos Pataxó meridionais foram pacificados entre 1807 e 1813, embora em 1851 ainda existissem hordas de Pataxó arredios nas redondezas da vila do Prado (Tempesta e Sotto-Maior, 2005).

Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied, que realiza uma viagem pelo Brasil por volta de 1815, descreve a margem norte do rio São Mateus habitada pelos "Pataxó, Cumanaxó, Machacali e outras tribos, até Porto Seguro" (1989: 170). As descrições de Wied-Neuwied e outros viajantes se assemelham quando descrevem os Pataxó da região entre o Prado e Porto Seguro, como os selvagens mais desconfiados e reservados entre eles. É pelo que se pode supor, esse foi um dos motivos porque não existem descrições detalhadas sobre a organização social ou política desse grupo até o século XIX. Também por serem arredios e desconfiados é que sobreviveram nas florestas da região, resistindo à colonização e aos aldeamentos criados pelos governos das províncias.

Diante das constantes solicitações dos colonizadores da região, em 10 de abril de 1861, o Diretor Geral dos Índios emite um parecer favorável à implantação de um novo aldeamento nas margens do rio Corumbau, que tem como principal objetivo amansar e catequizar os índios bravos, livrando assim os nacionais dos ataques constantes dos indígenas e liberando as vilas para a exploração econômica. Como a barra do rio Corumbau teria sofrido um deslocamento para o sul após o ano de 1963 (Agostinho, 1974) essa seria, então, a origem da aldeia Barra Velha.

Segundo fontes bibliográficas é seguro afirmar que o aldeamento de Belo Jardim (1861) abrigou algumas etnias que não apenas os Pataxó. O aldeamento compulsório reuniu as etnias Maxacali vindos do interior, Botocudos, Tupinikim de Trancoso e Vila Verde e Kamakãs-Meniã de Belmonte (Sampaio, 1996), prevalecendo o etnônimo Pataxó, muito provavelmente por estarem em maior número populacional. Sendo essa, inclusive, uma das explicações para a composição da língua atualmente falada pelos Pataxó. Entre 1861 e 1939, os registros dos Pataxó são praticamente inexistentes, não que eles não estivessem vivendo em Barra Velha, mas se confundiam com os grupos nativos da região. Se não fosse pelo interesse do Governo Vargas em definir o ponto exato da chegada da esquadra de Cabral, e a demarcação do PNPM, talvez até hoje os Pataxó se mantivessem em um isolamento parcial da sociedade nacional.

Assumir a condição de caboclo passa a ser uma estratégia de sobrevivência frente à sociedade nacional que traz consigo toda sorte de descriminação, constrangimentos e violência física. A questão parte da adaptação a um ambiente estranho que leva, na verdade, a uma reorientação de hábitos para um ajuste a nova realidade. Renunciar por certo tempo a uma determinada identidade étnica não quer dizer que ela não continue existindo em um âmbito mais restrito da vida social desse grupo (Carvalho, 1977). Os Pataxó demonstram isso de maneira incisiva, pois mesmo incorporando elementos próprios dos modos de vida regionais, parte da memória histórica permanece viva e é através dela que a reconstrução ou re-elaboração passa ser o processo de afirmação étnica.

Em 1943, temos um fato que interfere completa e definitivamente na história da aldeia, dando início a conflitos perpetuados por várias décadas. Contam os índios mais velhos que nesse ano chegou à aldeia um grupo de oito técnicos liderados por um engenheiro, que teria sido enviado por Getúlio Vargas para demarcar uma área para um parque e, para a empreitada, recrutou homens da aldeia. Alguns índios contam que trabalharam na obra abrindo picadas e colocando os marcos de concreto (que atualmente encontram-se destruídos), outros apenas apoiavam na abertura das trilhas e no cuidado com o equipamento.

O Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal foi criado com prerrogativas de monumento nacional pelo Decreto-Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943, assinado pelo General Pinto da Luz. Alegando serem terras devolutas do Estado da Bahia, demarcaram uma área com os seguintes objetivos: a) rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil; b) preservar a flora e fauna típicas da região, seguindo normas científicas; c) conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos para desenvolver o turismo.

A demarcação do Parque seguiu lentamente, sendo paralisada por alguns meses. Após sua conclusão, para surpresa de todos, os Pataxó foram informados que não poderiam mais morar, nem tão pouco plantar naquele local, pois a partir da demarcação a área havia se tornado o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal (Decreto - lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943).

Analisando a situação sob a ótica do próprio grupo, a experiência histórica dos Pataxó, no que diz respeito à demarcação do Parque Estadual em 1943, produziu um mito de origem da ocupação da terra, que tem sido transmitido de geração a geração (Tempesta e Sotto-Maior, 2005). Indignados com a expulsão de suas terras, vários índios, entre eles o capitão Honório Borges, se mobilizaram e seguiram em viagens para o Rio de Janeiro e mais tarde para Brasília em busca dos "seus direitos", ou seja, o reconhecimento legal sobre as terras que ocupavam há séculos e que passaram a ser privados de ocupar.

Apenas em janeiro de 1950, por determinação do Inspetor Especializado Silvío dos Santos, o agente do SPI, Manoel Moreira de Araújo, se desloca com objetivo de alcançar o local denominado por ele de Aldeia Velha (Barra Velha), em Monte Pascoal. Em seu retorno, relata que no local indicado existia uma aldeia de índios chefiados pelo capitão Honório e que este se encontrava no Rio de Janeiro em busca de ajuda do SPI. Porém, o agente informa que não foi possível chegar até a aldeia, pela dificuldade de acesso, portanto as informações foram colhidas junto ao Padre José Gonçalves de Oliveira. Afirma também ser muito difícil o atendimento às solicitações do capitão, pois não havia estrada, nem transporte até a aldeia Belo Jardim que fica a 14 léguas do Arraial D'Ajuda. A viagem que o capitão Honório fez ao Rio de Janeiro, citada por Manoel Moreira de Araújo, passou a ser um dos marcos da história Pataxó contada pelos índios e confirmada pela documentação oficial e jornais da época.

Os momentos de dispersão e violência também foram uma constante na história dos Pataxó, o mais presente na memória do grupo, aconteceu em 1951, quando dois homens chegaram à aldeia logo após o retorno do Capitão Honório Borges (cacique) do Rio de Janeiro, dizendo que iriam demarcar as terras reivindicadas pelos índios, mas acabaram por envolvê-los num grande conflito com regionais e as polícias de Porto Seguro e Prado. (os detalhes estão no próximo capítulo - histórico de ocupação). Esse conflito ficou conhecido nacionalmente como "A Revolta dos Caboclos de Porto Seguro" e para os Pataxó como "Fogo de 51" ou "Guerra de 51". A efetivação do PNMP pelo IBDF, em 1961, dá continuidade aos conflitos vividos pelos Pataxó, mas desta vez com agentes que representavam o Estado brasileiro. Para enfrentar tais conflitos, os Pataxó demonstram cada vez mais a união, a solidariedade e a reciprocidade entre eles, como podemos perceber na oralidade do Pataxó, e nos trechos do livro de Cornélio Vieira de Oliveira, servidor da FUNAI, que trabalhou junto aos Pataxó durante algum tempo. O fato é que com a dispersão dos Pataxó, após o conflito de 1951, várias unidades foram quebradas, e várias famílias desmembradas. A maioria partiu para a venda de mão-de-obra para fazendeiros da região, falam até que "os fazendeiros podiam escolher quantos índios queriam" (Manoel Suia, entrevista 2005), mas alguns dispersaram-se por cidades próximas, como Porto Seguro, Prado, Itamaraju (na época conhecida como Escondido), Itabela e outras tantas.

Naquele tempo, eram em torno de 150 índios, vivendo em casas distribuídas em locais de difícil acesso, como beira de barrancos e no meio da mata, para tentar se esconder dos guardas florestais do IBDF. Mas o grupo foi crescendo novamente e muitos que haviam saído com o fogo de 51 resolveram voltar e enfrentar os agentes florestais. Em 1961 por meio do Decreto nº 17.912-A, de 28 de dezembro de 1960, o Governo do Estado da Bahia repassou à União uma área de 22.500 ha, sendo realizada, então, uma demarcação com os atuais limites do Parque Nacional do Monte Pascoal, oficializada pelo Decreto nº 242, de 29/11/61.

A partir daí várias disputas foram travadas entre agentes do IBDF e os Pataxó que sofreram um processo violento de esbulho por parte da Instituição ambiental da época. Várias outras propostas foram cogitadas, entretanto, todas vão sendo abortadas sem muitas explicações. Desconsiderando a proposta apresentada pelos técnicos designados pelo Convênio UFBA/FUNAI e a reivindicação dos índios Pataxó, no dia 14 de julho de 1980 foi assinado o "Termo Preliminar de Acordo que entre si fazem a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o Instituto Brasileiro do desenvolvimento Florestal - IBDF, com a participação da Comunidade Indígena Pataxó - Barra Velha", destinando 8.627 ha de área do PNMP para os Pataxó. A demarcação foi realizada em total desacordo com a reivindicação dos índios.

A terra indígena foi demarcada em 1981 e declarada como de posse permanente do grupo indígena Pataxó por meio da Portaria nº 1.393, de 01 de setembro de 1982. Os Pataxó nunca se conformaram com a demarcação que excluiu dos limites da terra indígena a área de mangue e grande parte da mata do Monte Pascoal, inclusive a aldeia Pé da Pedra. Cabe ressaltar que a área de 8.627 ha "destacada" do PNMP para os Pataxó nunca foi excluída do Decreto de Criação do Parque, ou seja, mesmo constando nas cláusulas terceira e quinta do acordo, a área permaneceu nos limites do Parque o que caracteriza uma superposição de TI com UC, dando continuidade à dualidade administrativa da área.

2-HABITAÇÃO PERMANENTE

São doze aldeias distribuídas no entorno do Monte Pascoal, configurando um só território, sendo elas: Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Córrego da Cassiana, Guaxuma, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Corumbauzinho, Águas Belas, Bugigão e Craveiro.

Barra Velha é considerada a "aldeia mãe", não só por ter sido a primeira aldeia Pataxó do Extremo Sul da Bahia, mas também por serem "filhos" dela todos os Pataxó que vivem nas aldeias do entorno do Monte Pascoal. Com objetivo de demonstrar a interligação das aldeias a partir do parentesco das famílias extensas, são listados abaixo os nomes das principais lideranças das referidas aldeias:

Barra Velha - Vivem na aldeia as famílias Braz, Ferreira, Máximo, Alves, Nascimento e Conceição. Atualmente a principal liderança é o cacique Romildo, da família Ferreira. Essa família está a frente da aldeia há muitos anos, desde João Vicente Ferreira, pai de Tururim.

Boca da Mata - Foi a primeira área aberta oficialmente em 1982, após a demarcação dos 8.627ha. A família de Firmo Ferreira saiu do local conhecido como Desejo (atualmente área do PNMP), e "abriu" Boca da Mata às margens do Córrego Cemitério. Atualmente o cacique é Alfredo Santana, sobrinho de Firmo e filho de Manoel Santana. Alfredo é também o Presidente do Conselho de Caciques do entorno do Monte Pascoal, criado em 2006, com objetivo de organizar a ocupação do território a partir da lógica dos Pataxó.

Meio da Mata - Fundada em 1987, a partir da aldeia Boca da Mata, às margens do córrego Cemitério, próximo do Porto da Palha. Alguns índios afirmam que várias famílias já residiam no local desde 1951. A principal família é a dos Braz. O atual cacique é João Alves, sendo Almir Braz o seu vice-cacique.

Guaxuma - A fazenda Guanabara foi "retomada" em 2000 por um grupo dissidente de Boca da Mata liderado por Jurandir Ferreira. Atualmente quem está a frente como cacique é Manoel da Ressurreição Braz, conhecido como Vaqueiro.

Trevo do Parque - Foi fundada na década de 1980 com a perspectiva de buscar alternativa de sobrevivência por meio da venda do artesanato na BR-101. A maioria da população dessa aldeia é proveniente de Barra Velha e se instalou no sopé do Monte Pascoal, no local referido na bibliografia como a primeira aldeia Pataxó, chamada Pé da Pedra. Sua fundadora é Terezinha Sena. Atualmente a aldeia tem quatro representantes da aldeia: Antônio, Sidney, Sebastião e Osvaldo.

Corumbauzinho - Com a dispersão de 1951, as famílias de Ananias Ferreira dos Santos, Alexandre Braz e Justino Braz buscaram junto ao rio Corumbau, nas proximidades da Gameleira, um lugar para "colocar as roças". Por volta de 1998, após anos de pressão e perda territorial, os Pataxó que viviam em Corumbauzinho retomaram uma área que foi declarada de interesse para Reforma Agrária.

Águas Belas - Essa aldeia também é fruto da dispersão de 1951. Fundada pelo Sr. Manoel Braz, é liderada há 22 anos por seu filho, João Braz.

Craveiro - Local conhecido pelos índios como Caveira - Área onde foi constituído o PA Reunidas Corumbau que foi retomado em 2002 por um grupo de Pataxó liderados por Pedro Braz, de família que nasceu e sempre viveu a região. Atualmente o cacique é o Sr. Ananias Alves de Almeida, índio Pataxó nascido na região próxima ao rio Corumbau.

Todas as aldeias são independentes, política e economicamente. Entretanto, o entendimento do grupo é que todas elas fazem parte de um mesmo território. Reconhecem como terra tradicional a área que foi demarcada em 1943 pelo Governo do Estado da Bahia. Todas as ações políticas de caráter externo são conduzidas pelo Conselho de Caciques, composto pelos caciques de todas as aldeias Pataxó da região, inclusive das aldeias da região do Cahy e Cumuruxatiba - Parque do Descobrimento.

Conforme os relatos dos índios, várias áreas que hoje fazem parte do Parque ou estão na posse de fazendeiros eram locais de moradia dos Pataxó, mas, com o passar do tempo, foram sendo retirados dos índios de uma forma ou de outra. Caraíva já foi ponto de encontro de índios de Barra Velha que partiam para festas realizadas por índios que viviam no aldeamento de Trancoso. Além do mais, até os dias de hoje, Caraíva é compreendida como o "quintal de Barra Velha" (verificar capítulo sobre Caraíva). A família de Ipê (cacique de Aldeia Velha) morou décadas nas margens do rio da Capoeira, afluente do rio Caraíva. Índios velhos como Duvigens, João Pesca, Alexandre e Cristiano viviam as margens do rio Jambreiro, outro afluente do Caraíva. Zé Piegas conta que foi seu avô Tibúrcio